



MINISTÉRIO DA GESTÃO E DA INOVAÇÃO EM SERVIÇOS PÚBLICOS
SECRETARIA EXECUTIVA
SECRETARIA DE SERVIÇOS COMPARTILHADOS
DIRETORIA DE ORÇAMENTO, FINANÇAS E CONTABILIDADE
COORDENAÇÃO-GERAL DE CONTABILIDADE
COORDENAÇÃO DE INFORMAÇÃO CONTÁBIL

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis do Ministério do Empreendedorismo, da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte

Brasília-DF
Junho/2025

ÍNDICE

CONTEXTO OPERACIONAL.....	4
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS.....	6
BALANÇO PATRIMONIAL.....	14
NOTA 01 - CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA.....	14
NOTA 02 - CRÉDITOS A CURTO E LONGO PRAZO	14
NOTA 03 - OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS	15
NOTA 04 – DEMAIS OBRIGAÇÕES	15
NOTA 05 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO.....	16
NOTA 06 - CONTROLES CONTÁBEIS	16
DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS	17
NOTA 07 – RESULTADO PATRIMONIAL.....	17
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO	18
NOTA 08 – RESULTADO ORÇAMENTÁRIO	18
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA	19
NOTA 09 – GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	19
BALANÇO FINANCEIRO	20
NOTA 10 – RESULTADO FINANCEIRO	20
PARTES RELACIONADAS.....	21

**MINISTRO DO EMPREENDEDORISMO, DA MICROEMPRESA E
DA EMPRESA DE PEQUENO PORTE**

Márcio Luiz França Gomes

SECRETÁRIO-EXECUTIVO

Francisco Tadeu Barbosa de Alencar

**MINISTÉRIO DA GESTÃO E DA INOVAÇÃO EM SERVIÇOS
PÚBLICOS**

Esther Dweck

SECRETÁRIA-EXECUTIVA

Cristina Kiomi Mori

SECRETÁRIO DE SERVIÇOS COMPARTILHADOS

Cilair Rodrigues de Abreu

DIRETOR DE ORÇAMENTO, FINANÇAS E CONTABILIDADE

Leonardo David da Silva Luz

COORDENADOR-GERAL DE CONTABILIDADE

Enoque da Rocha Costa

EQUIPE TÉCNICA:

Rafael de Souza

Alexandre Gomes Oliveira

Filipe Antunes Barros

Email: cicon.cgcon.dfc@economia.gov.br

CONTEXTO OPERACIONAL

O Ministério do Empreendedorismo, da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte (MEMP) é um órgão público da Administração Direta, integrante da estrutura do Governo Federal, inscrito no CNPJ nº 52.224.046/0001-98, com sede na Esplanada dos Ministérios, Bloco J – CEP 70.053-900, Brasília/DF. O MEMP foi criado por meio da Medida Provisória nº 1.187, posteriormente convertida na [lei nº 14.816](#) de 16 de janeiro de 2024.

Este Ministério foi criado por desmembramento a partir do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDICS), tendo como áreas de competência:

- I. coordenação, articulação e proposição de políticas, de programas e de ações de apoio que tratem de:
 - a) empreendedorismo;
 - b) microempresa e empresa de pequeno porte;
 - c) artesanato e microempreendedorismo;
 - d) educação empreendedora;
 - e) concretização e garantia do tratamento diferenciado e favorecido para as microempresas e para as empresas de pequeno porte, incluída a defesa institucional perante os Poderes da República e os entes federativos;
- II. políticas de apoio à formalização da microempresa e da empresa de pequeno porte e à identificação do microempreendedor e do profissional autônomo;
- III. incentivo e promoção de arranjos produtivos locais relacionados à microempresa e à empresa de pequeno porte e de desenvolvimento sustentável da produção;
- IV. ações de qualificação e de extensão empresarial, com ênfase no empreendedorismo feminino e na promoção de empresas de base inovadora (startups), destinadas à microempresa, à empresa de pequeno porte e ao artesanato;
- V. promoção da competitividade e da produtividade, inclusive por meio de acesso a mercados públicos e privados, da inovação e da melhoria do ambiente de negócios para a microempresa e a empresa de pequeno porte;

- VI. articulação e incentivo à participação da microempresa, da empresa de pequeno porte e do artesanato nas exportações brasileiras de bens e serviços;
- VII. políticas destinadas ao microempreendedorismo e ao microcrédito;
- VIII. promoção de ações de fomento da cultura empreendedora inclusiva, abrangidos programas de capacitação, de equalização de passivos, de regularização de débitos, de mitigação do endividamento e de acesso a recursos financeiros;
- IX. registro público de empresas mercantis e atividades afins;
- X. apoio ao empreendedorismo, à microempresa e à empresa de pequeno porte em casos de calamidade pública;
- XI. inclusão socioprodutiva dos empreendedores informais da base da pirâmide social, com interseção da política do microempreendedor com as de assistência social e suas redes;
- XII. suporte às ações nacionais e subnacionais na utilização dos instrumentos de apoio ao empreendedorismo, à microempresa e à empresa de pequeno porte, incluído o poder de compra governamental para o desenvolvimento dos territórios;
- XIII. políticas de apoio à inserção da microempresa e da empresa de pequeno porte em atividades ligadas à economia criativa;
- XIV. políticas, programas e ações de apoio ao associativismo e ao cooperativismo, nos temas relacionados ao empreendedorismo, à microempresa e à empresa de pequeno porte.

Estas e outras informações relevantes a respeito do MEMP relacionadas com suas funções, estrutura, atividades e outras notícias podem ser encontradas no site <https://www.gov.br/memp/pt-br>.

Cabe destacar ainda que por meio da Portaria MGI nº 43, de 31 de janeiro de 2023 foi disciplinado o compartilhamento de atividades de suporte administrativo entre Ministérios.

Estão abrangidas as atividades de administração patrimonial, de material e de espaço físico, gestão de pessoas, serviços gerais, orçamento e finanças, contabilidade, logística, contratos, planejamento governamental e gestão estratégica, tecnologia da informação e, a critérios dos órgãos envolvidos, também outras atividades de suporte administrativo.

O Ministério da Gestão e Inovação em Serviços Públicos (MGI), por meio da Secretaria de Serviços Compartilhados (SSC), atenderá inicialmente os

seguintes ministérios: o próprio Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, Fazenda; Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços; Empreendedorismo, Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte e Povos Indígenas. Posteriormente, o Ministério das Mulheres (MM), o Ministério da Igualdade Racial (MIR) e o Ministério da Previdência Social (MPS) foram integrados ao arranjo colaborativo.

Para mais informações sobre o novo modelo de compartilhamento de atividades de administração, acesse a íntegra da [Portaria MGI nº 43/2023](#).

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Balanco Patrimonial

Ativo	NE	Órgão	
		2025	2024
Circulante		6.138.270	5.470.046
Caixa e Equivalentes de Caixa	1	4.300.237	1.495.195
Créditos a Curto Prazo	2	1.838.033	3.974.851
Empréstimos e Financiamentos Concedidos	2.1	188.952	-
Empréstimos e Financiamentos Concedidos	2.1	90.090.243	-
(-) Ajustes para Perdas em Empréstimos e Financiamentos Concedidos	2.1 -	89.901.291	-
Demais Créditos e Valores	2.2	1.649.081	3.974.851
Demais Créditos e Valores	2.2	1.649.081	3.974.851
Investimentos e Aplicações Temporárias	-	-	-
Estoques	-	-	-
Ativos Não Circulantes Mantidos para Venda	-	-	-
VPDs Pagas Antecipadamente	-	-	-
Não Circulante		1.026.404	809.057
Ativo Realizável a Longo Prazo	-	-	-
Investimentos	-	-	-
Imobilizado	-	1.026.404	809.057
Bens Móveis	-	1.026.404	809.057
Bens Móveis	-	1.040.184	809.057
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens	- -	13.779	-
Intangível	-	-	-
Diferido	-	-	-
Total do Ativo		7.164.675	6.279.103

Passivo	NE	Órgão	
		2025	2024
Circulante		2.222.874	1.949.980
Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pagar	3	1.848.496	1.454.913
Empréstimos e Financiamentos	-	-	-
Fornecedores e Contas a Pagar	-	28.159	-
Obrigações Fiscais	-	-	-
Transferências Fiscais	-	-	217.248
Provisões	-	-	-
Demais Obrigações	4	346.220	277.819
Não Circulante		-	-
Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pag.	-	-	-
Empréstimos e Financiamentos	-	-	-
Fornecedores e Contas a Pagar	-	-	-
Obrigações Fiscais	-	-	-
Transferências Fiscais	-	-	-
Provisões	-	-	-
Demais Obrigações	-	-	-
Total do Passivo Exigível	NE	2.222.874	1.949.980
Patrimônio Líquido	5	4.941.800	4.329.123
Patrimônio Social e Capital Social	-	-	-
Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital (AFAC)	-	-	-
Reservas de Capital	-	-	-
Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	-	-
Reservas de Lucros	-	-	-
Demais Reservas	-	-	-
Resultados Acumulados	5	4.941.800	4.329.123
Resultado do Exercício	5	612.677	4.207.806
Resultados de Exercícios Anteriores	5	4.329.123	129.526
Ajustes de Exercícios Anteriores	5	-	-
Ações / Cotas em Tesouraria	-	-	-
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		7.164.675	6.279.103

Quadro de Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes

Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes	Órgão	
	30/06/2025	31/12/2024
Ativo	7.164.675	6.279.103
Financeiro	4.300.237	1.495.195
Permanente	2.864.438	4.783.908
Passivo	1.134.572.254	1.200.645.966
Financeiro	1.134.458.637	1.200.637.757
Permanente	113.617	8.208
Saldo Patrimonial	- 1.127.407.579	- 1.194.366.862

Quadro das Contas de Compensação

Contas de Compensação	Órgão	
	30/06/2025	31/12/2024
Ativos	47.500	47.500
Garantias e Contragarantias Recebidas	47.500	47.500
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Congêneres	-	-
Direitos Contratuais	-	-
Outros Atos Potenciais Ativos	-	-
Passivos	16.607.639	6.176.520
Garantias e Contragarantias Concedidas	-	-
Obrigações Conveniadas e Outros Instrumentos	9.789.218	4.206.466
Obrigações Contratuais	6.818.422	1.970.054
Outros Atos Potenciais Passivos	-	-
Saldo Patrimonial	- 16.560.139	- 6.129.020

Demonstrativo do Superávit/Déficit Financeiro Apurado no Balanço Patrimonial

Superávit/Déficit Financeiro	Órgão	
	30/06/2025	31/12/2024
Recursos Ordinários	- 1.130.158.400	- 1.199.142.562
Recursos Vinculados	-	-
Seguridade Social (Exceto Previdência)	-	-
Previdência Social (RPPS)	-	-
Previdência Social (RGPS)	-	-
Dívida Pública	-	-
Fundos, Órgãos e Programas	-	-
Total	- 1.130.158.400	- 1.199.142.562

Demonstração das Variações Patrimoniais

Variação Patrimonial	NE	Órgão	
		2025	2024
Aumentativa	6.1	124.301.125	4.549.907.733
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria		-	-
Contribuições		-	-
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos		13.833	3.009
Exploração de Bens, Direitos e		13.833	3.009
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras		-	-
Transferências e Delegações Recebidas		119.615.930	4.549.684.448
Transferências Intragovernamentais		119.384.804	4.549.684.448
Outras Transferências e Delegações		231.126	-
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desinc. Passivos		200.000	-
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas		4.471.362	220.276
Diversas Variações Patrimoniais		3.802.341	220.276
Diminutiva	6.2	123.688.448	4.542.802.545
Pessoal e Encargos		10.288.339	8.396.570
Remuneração a Pessoal		7.959.484	6.569.384
Encargos Patronais		1.137.536	916.677
Benefícios a Pessoal		968.908	901.911
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas -		222.410	8.598
Benefícios Previdenciários e Assistenciais		33.936	15.206
Outros Benefícios Previdenciários e		33.936	15.206
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital		10.228.886	2.136.251
Uso de Material de Consumo		-	-
Serviços		10.215.107	2.136.251
Depreciação, Amortização e Exaustão		13.779	-
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras		-	-
Transferências e Delegações Concedidas		3.300.894	22.807.098
Transferências Intragovernamentais		3.300.894	218.376
Transferências Intergovernamentais		-	10.588.723
Transferências ao Exterior		-	12.000.000
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos		2.433.967	4.501.669.742
Desincorporação de Ativos		2.433.967	1.669.742
Tributárias		-	-
Custo das Mercadorias Vendidas		-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas		97.402.426	7.777.678
Subvenções Econômicas		97.401.357	7.777.678
Diversas Variações Patrimoniais		1.070	-
Resultado Patrimonial do Período	6	612.677	7.105.188

Demonstração dos Fluxos de Caixa

Fluxos de Caixa	Órgão	
	2025	2024
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	2.136.675	4.505.025.819
INGRESSOS	123.012.679	4.544.885.046
Outras Receitas Derivadas	3.535.910	-
Outros Ingressos Operacionais	119.476.769	4.544.885.046
Ingressos Extraorçamentários	-	35.931
Transferências Financeiras	119.196.506	4.542.765.480
Arrecadação de Outra Unidade	280.263	223.285
Demais Recebimentos	-	1.860.350
DESEMBOLSOS	- 120.876.004	- 39.859.228
Pessoal e Demais Despesas	- 112.487.252	- 16.159.643
Administração	- 10.145.058	- 6.269.565
Comércio e Serviços	- 102.342.194	- 9.890.078
Trabalho	-	-
Encargos Especiais	-	-
Transferências Concedidas	- 1.312.105	- 23.441.937
Intergovernamentais	- 217.248	- 4.811.096
Intragovernamentais	- 1.094.857	- 853.214
Outras Transferências Concedidas	-	- 17.777.627
Outros Desembolsos Operacionais	- 7.076.647	- 257.647
Dispêndios Extraorçamentários	-	- 39.272
Transferências Financeiras	- 3.300.894	- 218.376
Demais Pagamentos	- 3.775.753	-
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	668.367	- 4.500.000.000
INGRESSOS	668.367	-
DESEMBOLSOS	-	- 4.500.000.000
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	-	-
INGRESSOS	-	-
DESEMBOLSOS	-	-
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	2.805.042	5.025.819
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL	1.495.195	656.949
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL	4.300.237	5.682.768

Balanço Orçamentário

Receitas Orçamentárias	Órgão			
	Previsão Inicial	Previsão Atualizada	Receitas Realizadas	Saldo
Corrente	-	-	3.535.910	3.535.910
Receitas Tributárias	-	-	-	-
Receitas de Contribuições	-	-	-	-
Receita Patrimonial	-	-	-	-
Receitas de Serviços	-	-	-	-
Transferências Correntes	-	-	-	-
Outras Receitas Correntes	-	-	3.535.910	3.535.910
Capital	-	-	668.367	668.367
Operações de Crédito	-	-	-	-
Operações de Crédito Internas	-	-	-	-
Operações de Crédito Externas	-	-	-	-
Alienação de Bens	-	-	-	-
Amortização de Empréstimos	-	-	668.367	668.367
Outras Receitas de Capital	-	-	-	-
Subtotal de Receitas	-	-	4.204.277	4.204.277
Total das Receitas Orçamentárias	-	-	4.204.277	4.204.277
Refinanciamento	-	-	-	-
Operações de Crédito Internas - Mobiliária	-	-	-	-
Subtotal com Refinanciamento	-	-	4.204.277	4.204.277
Déficit	-	-	43.336.793	43.336.793
Total	-	-	47.541.070	47.541.070
Créditos Cancelados	-	180.419	-	-

Despesas Orçamentárias	Órgão					
	Dotação Inicial	Dotação Atualizada	Despesas Empenhadas	Despesas Liquidadas	Despesas Pagas	Saldo
Corrente	262.625.961	240.756.380	47.541.070	15.592.041	13.530.306	193.215.310
Pessoal e Encargos Sociais	20.901.693	20.932.112	14.100.629	9.110.162	7.259.685	6.831.483
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	241.724.268	219.824.268	33.440.441	6.481.879	6.270.621	186.383.827
Capital	7.861.369	29.911.369	-	-	-	29.911.369
Investimentos	7.861.369	29.911.369	-	-	-	29.911.369
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
Reserva de Contingência	-	-	-	-	-	-
Subtotal das Despesas	270.487.330	270.667.749	47.541.070	15.592.041	13.530.306	223.126.679
Refinanciamento	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Interna	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Externa	-	-	-	-	-	-
Subtotal com Refinanciamento	270.487.330	270.667.749	47.541.070	15.592.041	13.530.306	223.126.679
Superávit	-	-	-	-	-	-
Total	270.487.330	270.667.749	47.541.070	15.592.041	13.530.306	223.126.679

Demonstrativo de Execução dos Restos a Pagar Não Processados

Restos a Pagar Não Processado	Órgão					
	Inscritos Ex. Anteriores	Insc. 31/12 Ex. Anterior	Liquidados	Pagos	Cancelados	Saldo
Despesas Correntes	1.803.967	1.196.951.542	98.621.292	98.621.009	-	1.100.134.501
Pessoal e Encargos Sociais	-	267.027	237.583	237.583	-	29.444
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	1.803.967	1.196.684.515	98.383.709	98.383.426	-	1.100.105.057
Despesa de Capital	335.076	-	-	-	32.658	302.418
Investimentos	335.076	-	-	-	32.658	302.418
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
Total	2.139.043	1.196.951.542	98.621.292	98.621.009	32.658	1.100.436.918

Demonstrativo de Execução dos Restos a Pagar Processados e Não Processados Liquidados

Restos a Pagar Processado	Órgão				
	Insc. Ex. Anteriores	Insc. 31/12 Ex. Anterior	Pagos	Cancelados	Saldo
Despesas Correntes	-	1.441.749	1.430.794	-	10.955
Pessoal e Encargos Sociais	-	1.283.276	1.275.602	-	7.674
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	-	158.473	155.192	-	3.281
Despesa de Capital	-	217.248	217.248	-	-
Investimentos	-	217.248	217.248	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-
Total	-	1.658.997	1.648.042	-	10.955

Balanço Financeiro

INGRESSOS	Órgão	
	2025	2024
Receitas Orçamentárias	4.204.277	-
Ordinárias	4.204.277	-
Vinculadas	-	-
Transferências Financeiras Recebidas	119.196.506	4.544.635.649
Resultantes da Execução Orçamentária	20.515.106	4.531.430.029
Cota Recebida	20.515.106	33.678.897
Repasse Recebido	-	4.497.751.132
Sub-repasse Recebido	-	-
Independentes da Execução Orçamentária	98.681.400	13.205.620
Transferências Recebidas para Pagamento de RP	98.681.400	11.335.451
Movimentação de Saldos Patrimoniais	-	1.870.169
Aporte ao RPPS	-	-
Recebimentos Extraorçamentários	34.291.027	44.391.481
Inscrição dos Restos a Pagar Processados	2.061.734	1.762.010
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados	31.949.029	40.509.904
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	-	35.931
Outros Recebimentos Extraorçamentários	280.263	2.083.635
Arrecadação de Outra Unidade	280.263	223.285
Demais Recebimentos	-	1.860.350
Saldo do Exercício Anterior	1.495.195	656.949
Caixa e Equivalentes de Caixa	1.495.195	656.949
TOTAL	159.187.004	4.589.684.079

DISPÊNDIOS	Órgão	
	2025	2024
Despesas Orçamentárias	47.541.070	4.569.896.449
Ordinárias	47.541.070	4.569.626.449
Vinculadas	-	270.000
Previdência Social (RPPS)	-	270.000
Transferências Financeiras Concedidas	3.300.894	218.376
Resultantes da Execução Orçamentária	2.969.191	-
Repasse Concedido	2.969.191	-
Sub-repasse Concedido	-	-
Independentes da Execução Orçamentária	331.703	218.376
Transferências Concedidas para Pagamento de RP	-	-
Demais Transferências Concedidas	-	-
Movimento de Saldos Patrimoniais	331.703	218.376
Aporte ao RPPS	-	-
Aporte ao RGPS	-	-
Pagamentos Extraorçamentários	104.044.804	12.016.318
Pagamento dos Restos a Pagar Processados	1.648.042	788.323
Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados	98.621.009	11.188.723
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	-	39.272
Outros Pagamentos Extraorçamentários	3.775.753	-
Demais Pagamentos	3.775.753	-
Saldo para o Exercício Seguinte	4.300.237	7.552.937
Caixa e Equivalentes de Caixa	4.300.237	7.552.937
TOTAL	159.187.004	4.589.684.079

NOTAS EXPLICATIVAS

1 Base de Preparação das Demonstrações e das Práticas Contábeis: Exercício Financeiro de 2025

As Demonstrações Contábeis (DCON) são elaboradas em consonância com os dispositivos da Lei nº 4.320/1964, do Decreto-lei nº 200/1967, do Decreto nº 93.872/1986, da Lei nº 10.180/2001 e da Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF). São baseadas, também, no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) e no Manual Siafi, editados pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN/ME), e de maneira subsidiária pelas normas brasileiras e internacionais de contabilidade do setor público, editadas pelo Conselho Federal de Contabilidade e pela International Public Sector Accounting Standards Board (IPSASB), respectivamente.

O objetivo principal das DCON é fornecer, aos diversos usuários, informações sobre a gestão do patrimônio público da União e contribuir na prestação de contas da gestão econômico-financeira realizada no período a que se referem. Nas demonstrações contábeis, os diversos usuários podem encontrar informações sobre a posição e as mutações do patrimônio público, o desempenho econômico-financeiro, a execução orçamentária, os fluxos de caixa e outras informações que auxiliem na avaliação da gestão econômico-financeira do MEMP.

As DCON foram elaboradas a partir das informações constantes no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI), e tiveram como escopo as informações consolidadas das contas contábeis das unidades do MEMP que são integrantes do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social (OFSS).

As Demonstrações Contábeis são compostas por:

- i. Balanço Patrimonial (BP);
- ii. Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP);
- iii. Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC);
- iv. Balanço Orçamentário (BO);
- v. Balanço Financeiro (BF);
- vi. Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL); e
- vii. Notas Explicativas.

O Balanço Patrimonial tem por objetivo evidenciar, qualitativa e quantitativamente, a situação patrimonial da União por meio de contas representativas do patrimônio público por ela gerido, bem como os atos potenciais.

A Demonstração das Variações Patrimoniais visa evidenciar as alterações verificadas no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária, e indicar o resultado patrimonial do exercício.

A Demonstração dos Fluxos de Caixa visa evidenciar as origens e as aplicações das disponibilidades financeiras obtidas pela entidade, classificando-as em três grupos de atividades: operacionais; de investimento; e de financiamento. Além de mostrar as origens e aplicações das disponibilidades financeiras, tal demonstração evidencia o fluxo líquido de caixa de cada atividade.

O Balanço Orçamentário, por sua vez, objetiva demonstrar a execução orçamentária de receitas e de despesas ao longo do exercício, confrontando as receitas e as despesas previstas na Lei Orçamentária Anual com aquelas efetivamente realizadas.

O Balanço Financeiro tem por objetivo evidenciar os ingressos e dispêndios orçamentários e extraorçamentários realizados no exercício, conjugados com os saldos advindos do exercício anterior e aqueles que são transferidos para o exercício seguinte.

Por sua vez, a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido evidencia as operações que alteraram a composição do Patrimônio Líquido no exercício.

2 Resumo dos Principais Critérios e Políticas Contábeis

A seguir, são apresentados os principais critérios e políticas contábeis adotados no âmbito deste MEMP, tendo em consideração as opções e premissas do modelo da contabilidade aplicada ao setor público:

A) Moeda funcional e saldos em moedas estrangeiras

A moeda funcional da União é o Real, tendo em vista o disposto no item 5, alínea “a”, da ITG 2000 (R1) – Escrituração Contábil, aprovada pelo Conselho Federal de Contabilidade por meio da Resolução CFC nº 1.330/2011, combinado com o art. 5º da Lei nº 9.069/1995. Os saldos em moeda estrangeira são convertidos

para a moeda funcional, empregando-se a taxa de câmbio vigente na data das demonstrações contábeis.

B) Caixa e equivalentes de caixa

Incluem dinheiro em caixa, conta única, demais depósitos bancários e aplicações de liquidez imediata. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor de custo e, quando aplicável, são acrescidos dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis.

C) Créditos de Curto e Longo Prazo

Compreendem os direitos a receber a curto e longo prazo relacionados, principalmente, com:

- i. empréstimos e financiamentos
- ii. demais valores.

Os valores são mensurados pelo custo histórico, acrescido das atualizações monetárias e juros, quando aplicável. É registrado, também, o ajuste para perdas, com base na análise dos riscos de realização dos créditos a receber.

D) Passivos

As obrigações são evidenciadas por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos das variações monetárias e cambiais ocorridas até a data das demonstrações contábeis.

Os passivos circulante e não circulante apresentam a seguinte divisão:

- i. obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais;
- ii. demais obrigações.

E) Apuração do resultado

No modelo PCASP, é possível a apuração dos seguintes resultados:

- i. **Resultado patrimonial:** A apuração do resultado patrimonial implica a confrontação das variações patrimoniais aumentativas (VPA) e das variações patrimoniais diminutivas (VPD). As VPA são reconhecidas

quando for provável que benefícios econômicos ou potencial de serviços fluirão para a União e quando puderem ser mensuradas confiavelmente. As VPD's são reconhecidas quando for provável que ocorrerá decréscimos nos benefícios econômicos ou no potencial de serviços para a União, implicando saída de recursos, redução de ativos ou assunção de passivos. A apuração do resultado se dá pelo encerramento das contas de VPA e VPD, em contrapartida a uma conta de apuração. Após a apuração, o resultado é transferido para a conta "Superavit/Deficit do Exercício". O detalhamento do confronto entre VPA e VPD é apresentado na Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP), na qual também é evidenciado o resultado patrimonial do exercício, conforme prescreve o art. 104 da Lei nº 4.320/1964.

Consolidação: Na elaboração das Demonstrações Contábeis do MEMP, foram utilizados critérios de consolidação de itens das demonstrações que compensam ou eliminam as transações que possuem o 5º nível da conta contábil igual a 2 ("intragovernamental") das contas de natureza de informação patrimonial. Essas contas não são eliminadas no processo de elaboração das demonstrações contábeis do MEMP porque o Siafi não está parametrizado para realizar a consolidação a nível de Órgão/Ministério, mas apenas no nível do Balanço Geral da União (BGU).

- ii. **Resultado orçamentário:** O regime orçamentário da União segue o descrito no art. 35 da Lei nº 4.320/1964. Desse modo, pertencem ao exercício financeiro as receitas nele arrecadadas e as despesas nele legalmente empenhadas. O resultado orçamentário representa o confronto entre as receitas orçamentárias realizadas e as despesas orçamentárias empenhadas. O superávit/déficit é apresentado diretamente no Balanço Orçamentário.
- iii. **Resultado financeiro:** representa o confronto entre ingressos e dispêndios, orçamentários e extraorçamentários, que ocorreram durante o exercício e alteraram as disponibilidades da União. No Balanço Financeiro, é possível identificar a apuração do resultado financeiro. Em função das particularidades da União, pela observância do princípio de caixa único, é possível, também, verificar o resultado financeiro na Demonstração dos Fluxos de Caixa

F) Composição do Órgão e Órgão Superior

ÓRGÃO

MEMP:

Gabinete do Ministro

Secretaria Executiva

Corregedoria

Ouvidoria

Secretaria Nacional do Artesanato e do Microempreendedor Individual

Secretaria Nacional de Microempresa e Empresa de Pequeno Porte

.

BALANÇO PATRIMONIAL

NOTA 01 - CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

O Caixa e Equivalentes de Caixa são os recursos para aplicação nas operações da entidade e para os quais não haja restrições para uso imediato. A tabela a seguir demonstra a composição da conta de Caixa e Equivalentes de Caixa:

Detalhamento	Órgão		AH	AV
	30/06/2025	31/12/2024		
Moeda Nacional	4.300.237	1.495.195	188%	100%
Total	4.300.237	1.495.195	188%	1,00
Circulante	4.300.237	1.495.195		
Não Circulante	-	-		

1.1 Moeda Nacional

A tabela a seguir demonstra a composição da “Moeda Nacional” item mais significativo da conta de Caixa e Equivalentes de Caixa:

Caixa e Equivalentes de Caixa	Órgão		AH	AV
	30/06/2025	31/12/2024		
Limite de Saque	4.300.237	1.495.195	188%	100%
Total	4.300.237	1.495.195	188%	100%
Circulante	4.300.237	1.495.195		
Não Circulante	-	-		

NOTA 02 - CRÉDITOS A CURTO E LONGO PRAZO

2.1 Empréstimos e Financiamentos

Esse grupo de contas compreende o somatório dos valores de empréstimos e financiamentos concedidos por autorizações legais ou vinculações a contratos e acordos.

Empréstimos e Financiamentos Concedidos	Órgão		AH	AV
	30/06/2025	31/12/2024		
Empréstimos Concedidos	90.090.243	-	100%	100%
Subtotal	90.090.243	-	100%	100%
(-) Ajuste para Perdas	- 89.901.291	-	100%	-100%
Total	188.952	-	100%	0%
Circulante	188.952	-		
Não Circulante	-	-		

O registro em 2025 refere-se à transferência de saldo das contas de Empréstimos Concedidos a Receber realizado entre as Unidades Gestoras do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços - MDICS e o Ministério do Empreendedorismo, da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte - MEMP, conforme parecer nº 00468/2024/Conjur-MDIC/CGU/AGU e Despacho nº 48654815 (processo 52315.001856/2024-38).

A Lei nº 14.042/2020 instituiu o Programa Emergencial de Acesso a Crédito (Peac), com o objetivo de facilitar o acesso a crédito e de preservar agentes econômicos em razão dos impactos econômicos decorrentes da pandemia da Covid-19, para a proteção de empregos e da renda.

O programa é operacionalizado por meio de duas modalidades:

- I. Programa Emergencial de Acesso a Crédito na modalidade de garantia (Peac-FGI), por meio da disponibilização de garantias via Fundo Garantidor para Investimentos (FGI); e
- II. Programa Emergencial de Acesso a Crédito na modalidade de garantia de recebíveis (Peac-Maquinhinhas), por meio da concessão de empréstimo garantido por cessão fiduciária de recebíveis.

Os registros realizados pela União refletem exclusivamente da movimentação financeira informada pelo BNDES (agente operador do empréstimo). Os registros realizados pelo BNDES são impactados por pendências e deficiências nas informações prestadas pelos agentes financeiros do Programa ao BNDES. O BNDES, a União e Agentes financeiros estão realizando a conciliação do programa para ajustes de suas posições.

A diferença observada entre o saldo devedor do extrato financeiro fornecido pelo BNDES e o valor registrado na conta de Empréstimos Concedidos refere-se às comissões pertinentes do BNDES.

2.2 Demais Créditos

Os Demais Créditos e Valores compreendem os valores a receber pelas demais transações (que não se enquadram nos demais grupos) realizáveis no curto e longo prazo.

Demais Créditos e Valores	Órgão		AH	AV
	30/06/2025	31/12/2024		
Adiantamento TED	1.535.920	3.769.887	-59%	93%
Adiantamento Concedidos a Pessoal	113.161	204.964	-45%	7%
Total	1.649.081	3.974.851	-59%	93%

Circulante	1.649.081	3.974.851
Não Circulante	-	-

- i. **Adiantamento - TED:** Compreende os direitos decorrentes de adiantamentos concedidos, por termos de execução descentralizada. O TED é o Instrumento por meio do qual a descentralização de créditos entre órgãos e entidades integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União é ajustada, com vistas à execução de programas, de projetos e de atividades, nos termos estabelecidos no plano de trabalho e observada a classificação funcional programática, disciplinado pelo Decreto nº 10.426, de 16 de julho de 2020". As parcerias que envolvem a descentralização de créditos pelo MEMP encontram-se disponíveis em: <https://www.gov.br/memp/convenios-e-transferencias>.
- ii. **Adiantamento Concedidos a Pessoal:** Essa rubrica é composta basicamente pelo adiantamento de 13º, adiantamento de férias, pagamento antecipado de salários, auxílio-alimentação e auxílio transporte.

NOTA 03 - OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS

As obrigações de natureza trabalhista, previdenciária e assistenciais registradas pelo MEMP estão descritas na tabela abaixo.

Detalhamento	Órgão		AH	AV
	30/06/2025	31/12/2024		
Salários, Remunerações e Benefícios	1.548.292	1.303.033	19%	84%
Contribuições a Entidades de Previdência	191.132	148.453	29%	10%
Férias a pagar	105.408	-	100%	6%
Benefícios Previdenciários	3.663	3.427	7%	0%
Total	1.848.496	1.454.913	27%	100%

Circulante	1.848.496	1.454.913
Não Circulante	-	-

O montante apresentado em 30/06/2025 decorre do fato das Ordem Bancárias (OB) geradas, a partir de um documento hábil do tipo "FL" (folha), serem emitidas apenas no primeiro dia útil subsequente (D+1). A rotina do pagamento de pessoal ativo e inativo ocorre da seguinte forma: a despesa orçamentária é liquidada na última semana de cada mês e a Ordem de Pagamento (OP) é feita no último dia útil. Entretanto, a Ordem Bancária (OB) só é gerada no primeiro dia útil subsequente ao pagamento, onde ocorre a baixa dos recursos financeiros e a quitação da obrigação.

NOTA 04 – DEMAIS OBRIGAÇÕES

As Demais Obrigações compreendem as obrigações da entidade junto a terceiros não inclusos nos subgrupos anteriores do Passivo.

Detalhamento	Órgão		AH	AV
	30/06/2025	31/12/2024		
Consignações	329.510	266.864	23%	95%
Obrigações com Entidades	10.955	10.955	0%	3%
Diárias a Pagar	5.755	-	100%	2%
Total	346.220	277.819	25%	100%

Circulante	346.220	277.819
Não Circulante	-	-

As consignações compreendem, geralmente, aos valores retidos em folha de pagamento de empregados ou servidores ou nos pagamentos referentes a compras de bens e serviços.

NOTA 05 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O Patrimônio Líquido está detalhado de acordo com a tabela abaixo:

PL	Órgão		AH	AV
	30/06/2025	31/12/2024		
Resultado do Exercício	612.677	4.207.806	-85%	12%
Result. de Ex. Anteriores	4.329.123	129.526	3242%	88%
Ajustes de Ex. Anteriores	-	8.208	-100%	0%
Total	4.941.800	4.329.123	14%	100%

Para mais detalhes sobre os convênios, incluindo a consulta à data de fim de vigência dos instrumentos, acesse o site do [TransfereGov](#), plataforma oficial para gestão, acompanhamento e prestação de contas dessas transferências.

NOTA 06 - CONTROLES CONTÁBEIS

6.1 Atos Potenciais

6.1.1 Atos Potenciais Passivos

6.1.1.1 Convênios e Instrumentos Congêneres

A execução de valores relacionados a convênios e outros instrumentos congêneres envolve a formalização de parcerias entre a administração pública e entidades públicas ou privadas para a realização de objetivos de interesse comum. Esses instrumentos possibilitam a transferência de recursos financeiros para a execução de projetos e ações que contribuam para o desenvolvimento social, econômico e institucional.

Os convênios são regulados por normativos específicos e exigem a observância de critérios técnicos, jurídicos e financeiros para garantir a correta aplicação dos recursos públicos. A prestação de contas e o acompanhamento da execução são etapas essenciais para assegurar a transparência e a efetividade das ações financiadas.

A tabela a seguir apresenta o estoque de prestações de contas do MEMP, classificado conforme o ano de encerramento da vigência dos convênios e demais instrumentos congêneres celebrados pelo órgão.

Estoque de Prestação de Contas	30/06/2025	31/12/2024	AH	AV
Entre 2022 e 2024	2.578.526	5.429.834	-53%	8%
Vencidas em 2025	7.490.668	-	100%	24%
A Vencer	19.488.800	26.678.988	-27%	62%
Sem Informação	1.805.920	1.805.920	0%	6%
Total	31.363.914	33.914.743	-8%	100%

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

NOTA 07 – RESULTADO PATRIMONIAL

A apuração do resultado patrimonial implica a confrontação das Variações Patrimoniais Aumentativas (VPA) com as Variações Patrimoniais Diminutivas (VPD). O resultado patrimonial apurado em **junho de 2025** foi **superavitário** conforme demonstrado na tabela abaixo.

Resultado Patrimonial	Órgão	
	30/06/2025	30/06/2024
Variação Patrimonial Aumentativa	124.301.125	4.549.907.733
Variação Patrimonial Diminutiva	123.688.448	4.542.802.545
Total	612.677	7.105.188

I. Consolidação

A descentralização de recursos financeiros, no âmbito do MEMP, ocorre através do Limite de Saque, que permite a vinculação de recursos às respectivas despesas. A operacionalização do Limite de Saque está prevista na Macrofunção Siafi 020303.

No Siafi, os lançamentos contábeis da descentralização e vinculação de recursos são executados mediante a utilização de contas contábeis intragovernamentais. Conforme mencionado anteriormente, o Siafi não está parametrizado para realizar a consolidação a nível de Órgão/Ministério, mas apenas no nível do Balanço Geral da União.

Em decorrência disso, as contas de VPA e VPD se apresentam superavaliada devido à rotina de descentralização de recursos financeiros. Ressalta-se que ocorre a descentralização da Setorial Orçamentária e Financeira para a UG beneficiária do recurso.

Nos moldes da NBC TSP – Estrutura Conceitual, para que a informação contábil seja útil, ela deve retratar a essência ou a substância das transações, bem como corresponder fielmente aos fatos econômicos que pretende representar. Essa setorial realizou a consolidação da demonstração contábil, evitando-se assim a superavaliação nas contas VPA e VPD, conforme quadro abaixo:

Demonstração da Variação Patrimonial	30/06/2025	Consolidação	Saldo após Ajuste
Transferências e Delegações Recebidas	620.615.672	- 500.999.742	119.615.930
Transferências e Delegações Concedidas	504.300.635	- 500.999.742	3.300.894

Demonstração da Variação Patrimonial	30/06/2024	Consolidação	Saldo após Ajuste
Transferências e Delegações Recebidas	4.589.834.922	- 40.150.474	4.549.684.448
Transferências e Delegações Concedidas	62.957.573	- 40.150.474	22.807.098

7.1 Variações Patrimoniais Aumentativas - VPA

As variações patrimoniais aumentativas - VPA são reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos ou potencial de serviços fluirão para o MEMP e quando puderem ser mensuradas confiavelmente, utilizando-se a lógica do regime de competência.

Variação Patrimonial Aumentativa	Órgão	
	30/06/2025	30/06/2024
Transferências e Delegações Recebidas	119.615.930	4.549.684.448
Outras Variações Patrimoniais	4.471.362	220.276
Exploração de Bens e Serviços	13.833	3.009
Total	124.301.125	4.549.907.733

7.2 Variações Patrimoniais Diminutivas - VPD

As variações patrimoniais diminutivas - VPD são reconhecidas quando for provável que ocorrerão decréscimos nos benefícios econômicos ou potenciais de serviços para o MEMP, implicando saída de recursos ou redução de ativos ou assunção de passivos, seguindo a lógica do regime de competência.

Variação Patrimonial Diminutiva	Órgão	
	30/06/2025	30/06/2024
Transferências e Delegações Concedidas	3.300.894	22.807.098
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	97.402.426	7.777.678
Pessoal e Encargos Sociais	10.288.339	8.396.570
Uso de Bens, Serviços e Cons de Capital Fixo	10.228.886	2.136.251
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	2.433.967	4.501.669.742
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	33.936	15.206
Total	123.688.448	4.542.802.545

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

NOTA 08 – RESULTADO ORÇAMENTÁRIO

O resultado orçamentário é apurado a partir do confronto entre as receitas arrecadadas e as despesas legalmente empenhadas no exercício, conforme o critério estabelecido pelo art. 35 da Lei nº 4.320/1964.

No segundo trimestre de 2025, o resultado orçamentário foi deficitário em R\$ 43,3 milhões conforme tabela abaixo:

Resultado Orçamentário	Órgão	
	30/06/2025	30/06/2024
Orçamento Corrente	- 44.005.160	- 69.896.449
Orçamento de Capital	668.367	- 4.500.000.000
Total	- 43.336.793	- 4.569.896.449

Conforme evidenciado no Balanço Orçamentário, o empenho de despesas atingiu 17,56% da dotação atualizada (R\$ 270,66 milhões). Por sua vez, a realização de receitas atingiu o montante de R\$ 4,2 Milhões.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

NOTA 09 – GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

A Geração Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa corresponde à variação líquida entre os fluxos de entrada e saída de recursos ao longo do período. Em 30/06/2025, essa variação foi positiva em R\$ 2,8 milhões.

Geração Líquida de Caixa	Órgão	
	30/06/2025	30/06/2024
Atividades Operacionais	2.136.675	4.505.025.819
Atividades de Investimento	668.367 -	4.500.000.000
Atividades de Financiamento	-	-
Total	2.805.042	5.025.819

9.1 Atividades Operacionais

O fluxo de caixa das atividades operacionais em 30/06/2025 apresentou um saldo positivo de R\$ 2,1 milhões. Decorrente principalmente dos ingressos de transferências financeiras recebidas e desembolsos para Comércio e Serviços.

9.2 Atividades de Investimento

A geração líquida de caixa nas atividades de investimento foi negativa de R\$ 668 mil.

9.3 Atividades de Financiamento

Assim como nas atividades de investimento, a geração líquida de caixa das atividades de financiamento não teve impacto no resultado consolidado.

As variações identificadas estão detalhadas nas notas explicativas que compõem este documento.

BALANÇO FINANCEIRO

NOTA 10 – RESULTADO FINANCEIRO

O resultado financeiro é composto pelo resultado orçamentário (receitas menos despesas orçamentárias), somado ao resultado das transferências financeiras (recebidas menos concedidas) e ainda o resultado extraorçamentário (recebimentos menos pagamentos extraorçamentários, incluindo os restos a pagar).

No ano de 2025, o resultado financeiro foi superavitário em R\$ 2,8 milhões e sua formação é detalhada na tabela a seguir:

Resultado Financeiro	Órgão	
	30/06/2025	30/06/2024
Resultado Orçamentário	- 43.336.793	- 4.569.896.449
Receita Orçamentária	4.204.277	-
Despesas Orçamentária	47.541.070	4.569.896.449
Resultado das Transf. Financeiras	115.895.612	4.542.547.105
Transferências Financeiras Recebidas	119.196.506	4.542.765.480
Transferências Financeiras Concedidas	3.300.894	218.376
Resultado Extraorçamentário	- 69.753.777	32.375.163
Recebimentos Extraorçamentários	34.291.027	44.391.481
Pagamentos Extraorçamentários	104.044.804	12.016.318
Total	2.805.042	5.025.819

As variações identificadas estão detalhadas nas notas explicativas que compõem este documento.

PARTES RELACIONADAS

Em conformidade com a Norma Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – NBCTSP 22, considera-se parte relacionada qualquer pessoa ou entidade com capacidade de:

- a) Controlar outra parte;
- b) Exercer influência significativa sobre as decisões financeiras e operacionais de outra parte; ou
- c) Estar sujeita a controle comum.

Incluem-se entre as partes relacionadas:

- a) Entidades que controlam ou são controladas, direta ou indiretamente, pela entidade que reporta;
- b) Coligadas, conforme definido na NBCTSP 18 – Investimento em Coligada e Empreendimento Controlado em Conjunto;
- c) Indivíduos com participação direta ou indireta na entidade que reporta, conferindo-lhes influência significativa, bem como seus familiares próximos;
- d) Peças-chave da administração e seus familiares próximos;
- e) Entidades nas quais os indivíduos descritos nos itens 3 e 4 possuem participação substancial ou sobre as quais exercem influência significativa.

Pessoal-Chave da Administração

Pessoas-chave da administração incluem:

- a) Diretores ou membros do corpo administrativo da entidade;
- b) Pessoas com autoridade e responsabilidade pelo planejamento, direção e controle das atividades da entidade.

No contexto governamental, incluem-se:

- a) Membros do corpo administrativo de entidades governamentais com autoridade sobre o planejamento e controle das atividades da entidade;
- b) Assessores-chave desses membros;
- c) A alta administração da entidade que reporta, incluindo o dirigente máximo, exceto quando já incluído na alínea (a).

Remuneração do Pessoal-Chave da Administração

Na União, devido à complexidade do tema, não há um único sistema que concentre informações detalhadas. Os principais sistemas e fontes de Informações são:

1. O Sistema de Gestão de Pessoas do Governo Federal (Sigepe), sob supervisão da Secretaria de Gestão e Desempenho de Pessoal (SGP), centraliza a gestão de pessoal no Poder Executivo.
2. O Painel Estatístico de Pessoal (PEP), acessível em painel.pep.planejamento.gov.br, apresenta informações sobre despesas, distribuição de servidores por faixa de remuneração e outros dados organizacionais.
3. O Portal da Transparência (www.transparencia.gov.br) permite consultas individualizadas de remunerações no Poder Executivo Federal.